



EDIÇÃO ESPECIAL

Algumas considerações sobre o 'Brexit'

Por Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

** Artigo publicado no Jornal El País de 11 de Julho de 2016.*

Algumas considerações sobre o ‘Brexit’

O chamado Brexit, ou seja, a saída do Reino Unido da União Européia, tem ocupado a cena política das últimas semanas. Os jornais estão cheios de artigos, os comentaristas analisam a questão sob diferentes perspectivas e, no final, pouco se pode entender sobre: (1) quem falhou na campanha do plebiscito e, (2) o que vai acontecer daqui para a frente.

Não pretendo, de minha parte, me aventurar a dar respostas a essas duas questões. O fato está aí e é isso que importa. Minha intenção, neste breve artigo, é tentar colocar o fato sob uma certa perspectiva histórica.

Distanciado da Europa Continental, o que hoje é o Reino Unido jamais deixou de se orientar por políticas unilaterais e autoritárias. Sempre com o fito de criar divisões entre os grandes atores da Europa: França, Alemanha, Áustria, Rússia, Itália, Turquia, Espanha e outros mais. Seu objetivo foi invariavelmente o de evitar a formação de uma grande unidade predominante no Continente. Para ficarmos entre os séculos XIX e XX, sem, portanto, mencionar a derrota infligida à Grande Armada Espanhola em 1588, a Inglaterra derrotou a França Grande de Napoleão, a Alemanha Imperial, a Alemanha Nazista e a Rússia Comunista. Esta última por meio de hostilidades e ações encobertas durante a Guerra Fria.

Robert Kaplan, em seu *The Revenge of Geography (A vingança da Geografia)* acentua as expressões perenes das diferenças geográficas, ou seja, os padrões distintos de desenvolvimento na Europa Ocidental, nos Balcãs e no Mediterrâneo. Antevê que, com a intensificação dos movimentos de populações, a História européia será cada vez mais inter-relacionada, ao sul, com a África, e com a Ásia, a leste. Sem perder sua variedade intrínseca, no dizer muito apropriado de Kaplan, a Europa ficará mais e mais às voltas com o “narcisismo das pequenas diferenças”. Foram justamente essas “pequenas diferenças narcisistas” que, ao longo do tempo, a Inglaterra soube muito bem explorar para seu benefício.

Os tempos mudaram mas as compulsões das grandes potências européias não mudaram. Apenas variaram de intensidade. Quando se formou o Mercado Comum Europeu, em 1957 com os Tratados de Roma, a Inglaterra não manifestou desejo de entrar na Europa dos Seis. Quando mais tarde quis fazê-lo, em 1963 e 1967, a França de De Gaulle o impediu. A preocupação dominante na França gaulista continuava a ser a contenção da Alemanha que, por sua vez, desejava que a Inglaterra entrasse para evitar um protagonismo excessivo francês. Só veio a entrar em 1973. E desde então recusou-se a implementar as políticas mais fortes de integração: o Euro e o Tratado de Schengen (livre circulação de pessoas). Preservou ademais regras muito especiais para sua maior fonte de riqueza há algumas décadas: a praça financeira de Londres.

O conteúdo deste artigo é de única e exclusiva responsabilidade de seu autor e não representa a opinião do CEBRI.

CEBRI: O *think tank* de relações internacionais do Brasil desde 1998.

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.

Não conseguiu porém impor os limites que desejava em matéria de livre circulação no espaço europeu. E foi uma conjugação de forças da Inglaterra de “classe mais baixa”, mais sujeita, portanto, à concorrência dos imigrantes, e mais “nacionalista”, junto com uma certa indiferença das classes mais altas, que acabou determinando o Brexit.

Não há como minimizar também a aversão britânica ao modelo do tipo socialista que vem há décadas caracterizando a União Européia por oposição ao modelo liberal original. Implantado pelos franceses, de François Mitterrand a Jacques Delors, aquele modelo, tal como bem definido em recente artigo aparecido na imprensa européia, pretende consolidar uma coalizão de interesses estatistas entre grupos nacionalistas, socialistas e até conservadores. A União Européia vista como uma fortaleza: protecionista para quem está fora e internacionalista para quem está dentro. Este não é certamente um modelo que possa ser aceito com naturalidade pela Inglaterra, que é o segundo maior contribuinte da União Européia.

Há, porém, outras circunstâncias que que determinaram o Brexit: (1) a oposição entre a visão “única” dos governos socialistas que segue o “modelo” francês assistencialista e a visão liberal clássica dos governos democrata-cristãos (Holanda, Alemanha, Reino Unido); (2) A crescente influência de uma visão “anti-globalização”, tal como exemplificada mais recentemente pelo fenômeno Donald Trump nos EUA. E há quem veja nos tempos atuais “ecos” distantes dos anos 30 da “Grande Depressão”. A recessão atual, sob essa perspectiva, pode estar prenunciando algo tão catastrófico quanto a daquela década.

A saída da Inglaterra tomará ainda algum tempo. Os ingleses vão arrastar os pés o quanto puderem para ver se conseguem alguma concessão adicional de Bruxelas que justifique um novo referendun capaz de cancelar o Brexit. Não me parece realista, mas não é impossível. Esse, aliás, é o modo tradicional de operar dos anglo-saxões: pressionar até o fim ou, no caso presente, até depois do fim...

E o Brasil em tudo isso?

Com a saída da Inglaterra perde o Brasil um certo contra-peso às políticas agrícolas ultra-protecionistas européias, que afetam negativamente nossas exportações do agro-negócio. O Acordo Mercosul-União Européia fica ainda mais difícil de ser concluído, o que contribuiria para aumentar ainda mais nosso isolamento em matéria de comércio internacional.

O Brasil já estava um tanto à margem dos processos de inserção, atuação e renovação no plano internacional. Com a crise européia post-Brexit, esta situação provavelmente se agravará. Para contornar este imenso problema, temos de conduzir urgentemente relações internacionais mais intensas e inovadoras. Antes de mais nada, temos que começar a superar a gravíssima crise política em que estamos atolados - como numa tragédia grega - ainda sem capacidade de antever saídas.

O conteúdo deste artigo é de única e exclusiva responsabilidade de seu autor e não representa a opinião do CEBRI.

CEBRI: O *think tank* de relações internacionais do Brasil desde 1998.

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.

E ficam as perguntas :(1) será que a situação terá de piorar ainda mais antes de melhorar? e (2) que fazer do Mercosul?

Do jeito que vão as coisas, não é impossível que cheguemos a ter uma "Argsalida", atraído que está nosso maior parceiro regional pela miragem do Pacífico e/ou por um acordo unilateral com a Inglaterra.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Conselheiro do CEBRI.

O conteúdo deste artigo é de única e exclusiva responsabilidade de seu autor e não representa a opinião do CEBRI.

CEBRI: O *think tank* de relações internacionais do Brasil desde 1998.

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.